



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

A CRUZ E A ESPADA: ATUAÇÃO DA IGREJA CATÓLICA EM 1937 E 1964 NO RN

Maria Auxiliadora Oliveira da Silva
Mestrado em Ciências Sociais pela Universidade
Federal do Rio Grande do Norte
auxiol@yahoo.com.br

O propósito deste trabalho é proceder a um estudo sobre a posição e atuação da Igreja Católica em dois momentos históricos no Rio Grande do Norte. Em 1937 na Ditadura do Estado Novo, que tinha a frente Getúlio Vargas, principal autoridade política nacional, que controlava todas as decisões políticas, econômicas e sociais e, em 1964 na Ditadura Militar, em que fora derrubada o presidente da República João Goulart, em que assumem os militares que permaneceram no governo até 1985. Caracterizado pelo centralismo e pelo autoritarismo, recorrendo frequentemente à repressão e à violência para se sustentar no poder.

A relevância da pesquisa se dá por se tratar de dois momentos que foram marcados pela interrupção da “democracia”, ainda jovem, que se deu em um pequeno espaço de tempo, embora no primeiro momento uma democracia um tanto quanto discutível, pois “a principal característica da organização republicana no Brasil era o seu caráter oligárquico¹”. Na verdade, uma “democracia” que deixava muito a desejar. Conforme Reis (2006, p. 22), “As condições básicas e essenciais de uma democracia podem ser muito rapidamente resumida: ampla liberdade de expressão e de organização; eleições regulares; judiciário independente; e o reconhecimento, garantido legalmente, da alternância do poder”. Portanto, não era o que nós tínhamos desde a proclamação da República. O governo Vargas fora marcada por conflitos com a oposição, em que o presidente assumiu um papel centralizador fechando o Congresso Nacional, as Assembléias Estaduais e Municipais e ainda, nomeando pessoas de sua confiança para o governo dos estados, como forma de manter o controle total do Estado.

Ainda por se tratar de questões que envolvem diretamente personagens ligados a Igreja Católica na época em que foram instauradas as Ditaduras. Portanto, pretende-se destacar qual a posição tomada pela a Igreja Católica nesses dois momentos no Rio

¹ “O período entre 1946 e 1964 caracterizou-se pela tentativa, inédita, da sociedade brasileira, de desenvolver o processo político de acordo com um modelo democrático”. (MARIZ e SUASSUNA, 2001, p. 68).



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Grande do Norte. De que forma se deu sua atuação política com os atores sociais que faziam parte deste contexto.

Lutas políticas e sociais no Rio Grande do Norte

O Rio Grande do Norte foi palco de lutas políticas e sociais entre forças antagônicas, que estavam fortemente envolvidos na política do estado. Dentre os ocorridos podemos citar como exemplo a Intentona Comunista, desencadeada em Natal em novembro de 1935, tendo repercussão em Recife e no Rio de Janeiro, que fora sufocado pelas forças do governo.

O Rio Grande do Norte fora assinalado pela presença de membros da Igreja Católica envolvidos no meio político, assumindo, em sua maioria, cargos importantes. Podemos citar o padre Walfredo Gurgel que foi deputado Federal, senador e governador do estado, de 1966 a 1970², e que era integralista. Monsenhor João da Matha Paiva que fora presidente da Assembléia, assim como vários outros pertencentes ao clero da região, que seguiram a carreira política.

Quando ocorrera o movimento de 1935 no Rio Grande do Norte o padre e, posteriormente monsenhor, Walfredo Gurgel fez parte do grupo que reagiu aos comunistas na Serra do Doutor, na região do Seridó. Quando fora instaurada a Ditadura Vargas em 1937, o Rio Grande do Norte tinha como interventor Rafael Fernandes Gurjão, que procurou adequar-se as novas políticas do Estado Novo. Este foi um grande colaborador da política vigente do Estado Vargas.

A revolução de 1935 foi utilizada pelo governo Vargas para justificar a instauração da Ditadura de 1937, assim como a repressão que se estabeleceu no governo. Como afirma Motta (2006, p. 52), “O Estado empreendeu a maior campanha de repressão política vista até então no Brasil”. Ainda conforme o autor:

O talento de Vargas como grande manipulador apareceu verdadeiramente após a revolta, não antes. [...] Vargas soube explorar com maestria, em proveito do fortalecimento de seu poder, o pânico gerado pelo movimento comunista. Fortaleceu-se a ponto de, dois anos depois, instaurar a um regime ditatorial escudado no compromisso anticomunista. Os setores sociais amedrontados com o levante emprestaram apoio decidido ao presidente, ato

² Monsenhor Walfredo Gurgel foi o ultimo governador eleito pelo voto direto, o que somente voltou a acontecer em 1982.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

considerado indispensável para o sucesso das campanhas anticomunistas. (2006, p.49-50).

A imprensa teve um desempenho significativo na instauração da ditadura de 1937, em que era divulgado que mais uma vez os comunistas queriam tomar o poder com uma tentativa de golpe, que era o plano Cohen, que na verdade, não passava de uma farsa do próprio governo. Ainda que os comunistas iriam matar os principais líderes políticos, incendiar igrejas e invadir as moradias, estuprar etc. “Por um longo período, o público leitor e os ouvintes de rádio foram bombardeados com informações sobre o caráter nefasto das atividades comunistas, processos que levou a cristalização de uma imagem maniqueísta do comunismo” (MOTTA, 2006, p. 50). Essa suposta ameaça comunista garantiu a permanência de Vargas até 1945. Conforme Reis:

Os comunistas apresentavam-se como alternativa política há décadas, apesar de todas as perseguições. Além disso, e durante muito tempo, foram os únicos a se contrapor às elites dominantes do país, divulgando os interesses e denunciando as condições impostas aos trabalhadores manuais deste país. (1990, p. 16).

Dentre os setores sociais que dera apoio ao novo regime, Ditadura Vargas, estava a Igreja Católica. “A Igreja era, sem dúvida, uma das grandes forças que participavam – especialmente após 1935 – do combate ao comunismo, tendo interesses muito precisos na esfera da organização dos trabalhadores” (GOMES, 1987, p. 94). Para a Igreja era uma forma de manter seu “rebanho”.

A Igreja católica durante um longo tempo apresentou-se como inimiga de todo movimento social que pusesse em perigo o status das instituições, a qual estava alinhada, especialmente a do Estado. Na década de 1920, foi criado o Centro Dom Vital, que era um pequeno instituto constituído por católicos, que tinham uma grande atuação na política. Em seguida foi criada a Liga Eleitoral Católica, tendo em vista propagar a adoção dos princípios católicos nas leis. Na década de 1930 era criada a Ação Católica que, embora não fosse um partido político, agia como um partido da Igreja. Os líderes católicos se envolveram profundamente na política.

Ainda, embora defendesse o discurso de que o envolvimento com o mundo moderno corroia a fé, a ambição do homem ao poder. Porém, nas décadas de 1920 e 1930, aliou-se às forças conservadoras de toda a Europa. “Na Espanha insistia para que



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

os católicos apoiassem as tropas de Franco.³. Durante o reinado de Pio XI, ocorreram [...] violentos movimentos anticlericais na União Soviética, no México e em outros países latino-americanos” (MAINWARING, 2004, p.33-34). Segundo Romano (1979, p.145), “a política católica, efetivamente, notabilizou-se por justificar governos autoritários desde que, *conditio sine qua non*, a liberdade da Igreja fosse garantida”.

No Brasil aproximou-se do Estado e passou a ser uma grande força, permanecendo politicamente conservadora. Criticava a secularização e era contra o surgimento e a pratica de outras religiões. Enquanto criticava os partidos políticos, buscava aliança com o Estado para defender os interesses da instituição.

Embora anterior ao governo Vargas, já mantinha relação com a classe dominante, mas foi neste governo, 1930 a 1945, que atingiu seu maior apogeu, com a ascensão da facção que estava no poder. O presidente procurou aliar-se a diversas classes e setores sociais que pudessem servir de apoio a seus planos de dominação; a Igreja foi um desses, vista como uma grande força.

No governo Vargas, esta instituição reatava os laços políticos e ideológicos, acelerando o processo de sua influência, perdida com a Republica. “A tendência de defender seus interesses tem sido e continuará sendo um elemento chave no envolvimento da Igreja Católica na política” (MAINWARING, 2004, p. 16). Dentro desta ótica, embora tenha como objeto a divulgação da sua fé, ela passa a se preocupar e defender interesses mundanos, em detrimento da mensagem religiosa, se envolvendo no meio político, apoiando a classe dominante como uma maneira de manter seus privilégios.

Como forma de agradar e retribuir o apoio da hierarquia da Igreja, em 1931 era inaugurado, no governo Vargas, o Cristo Redentor no Rio de Janeiro. De acordo com Oliveira, também foram aprovadas várias medidas que lhe eram favoráveis:

Colocou a constituição sob a proteção de Deus; permitiu assistência espiritual às organizações militares e oficiais; e, como conquista mais importante, conseguiu que o Estado financiasse a Igreja, em nome de um vago interesse coletivo, e que as escolas públicas adotassem o ensino religioso. (1992, p. 50).

³ Segundo Mainwaring, (2004, P. 44), “Pio XI tentou usar o Estado fascista para afirmar as metas da Igreja, e Mussolini por sua vez também se esforçou para conquistar o apoio do Vaticano. A maioria das vezes as relações foram cordiais. A concordata de 1929, pela qual Mussolini reconheceu o Vaticano como estado soberano, foi o auge desta cordialidade; no entanto as tendências totalitárias do fascismo promoveram atritos pertinentes à autonomia eclesiástica. Conflitos semelhantes também ocorreram entre Hitler e o Vaticano”.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

A atuação dessa instituição junto ao Estado se deu de forma muito estreita em toda a sua trajetória. “Marcado pela imagem de uma instituição estática subsumida ao Estado, reprodutora da ideologia da classe dominante e, como tal, instrumento de dominação” (SOUSA, 2002, p.114). Esteve ligada aos grandes proprietários de terra para a realização de seus interesses⁴. “O clero conservador afirmava que a extrema diferença de classes, com todas as suas conseqüências, correspondiam à vontade de Deus”. (FÜCHTNER, 1980, p. 140). Desta forma, a Igreja procurava justificar sua atuação junto à classe dominante.

Ao termino do Estado Novo a Igreja Católica passava a repensar seu papel político social junto às classes populares. Segundo Sousa:

A partir de 1945, com a derrocada do Estado Novo e a ascensão de um novo discurso pretensamente democrático, a Igreja buscou reconstruir uma recente, exorcizando as relações que mantinha com o regime anterior e projetando uma auto-imagem de opositora ao Estado. (2002, p.240).

Passou a criticar a censura e a repressão e declarou-se opositora a ditadura e em favor da classe trabalhadora. Mas é precisamente na década de 50 e 60 que a Igreja católica passa a assumir um discurso mais consistente em prol da classe subalterna.

As transformações ocorrentes no clero brasileiro, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, estão ligadas às mudanças conjunturais, como políticas, econômicas e sociais, ocorridas no cenário nacional e internacional. Os anos 1950 serão marcados pela emergência de uma nova Igreja no País. A partir daí, vamos ter uma Igreja mais próxima da população pobre, principalmente da população do campo, que era a classe mais sofrida.

Após a Segunda Guerra Mundial, os países enfrentavam uma forte crise econômica, mais sentida nos países “subdesenvolvidos”. A fome se alastrava e era um mal que deveria ser combatido, pois, quem mais sofria era a população mais pobre. A desigualdade social tenderia cada vez mais a aumentar, a opressão, a expropriação, a violência e a exploração tanto por parte da classe dominante, como também do próprio Estado, que não buscavam soluções para esses problemas. Ainda a influência do

⁴ Conforme Soares Neto (1984, p. 91-92), “na República velha, os coronéis não se valiam apenas do aparelho repressor e judiciário do Estado, pois também se socorriam de uma outra instituição: a Igreja (católica, apostólica, romana)”. Ainda segundo o autor “a Igreja também se constituía num aliado para a política dominante do coronelismo. Não só contribuía para a exploração do trabalhador, como ainda se socorria do seu apelo ideológico para o “sentimento de religião que bons frutos têm dado a esta terra e mantido a paz e harmonia entre seus fiéis”.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

marxismo no meio intelectual e o crescimento notável da parte não-católica da população, com o número reduzido de católicos nas missas, alarmando os clérigos católicos brasileiros. “Os líderes mais proeminentes da Igreja sentiram que essas mudanças ameaçavam a instituição” (MAINWARING, 2004, p. 33). Todas essas questões contribuíram para que a hierarquia repensasse o seu papel na sociedade brasileira. Para o Cardeal D. Paulo Evaristo Arns,

a transformação política vivida pelo Brasil no início da década de 60 e, especialmente, em 1964, coincidiu com mudanças que a Igreja Católica passava a experimentar, a partir do Concílio vaticano II, num sentido de maior comprometimento com os setores marginalizados da população e seus anseios de justiça. (ARNS, 2000, p. 147).

Na análise de Oliveira (1992, p. 46), “a conjuntura político-social e a emergência do trabalhador rural como força política e sua crescente organização, sob a liderança do Partido Comunista e as Ligas Camponesas, soaram como um alerta para a Igreja⁵”. Essa realidade produziu uma polarização ideológica e constituiu uma ação efetiva de associações, sindicatos e de outras organizações de classe que, na sua maioria, tinham o apoio de forças de esquerda, na denúncia e na luta pela transformação desse quadro.

A Igreja percebera que através desses movimentos o comunismo vinha ganhando força, e que deveria ser combatido. No Nordeste, essa expansão se dava através das Ligas Camponesas. Além das Ligas Camponesas, uma outra questão que preocupava a Igreja era a expansão de correntes políticas, como o PCB, além do surgimento e a expansão de outras correntes religiosas, como a penetração e o crescimento do Protestantismo. Também, devemos nos remontar que a Igreja foi uma instituição que deu grande apoio aos militares, quando no governo Goulart, tentavam implementar as reformas de base. A esse respeito relata Monsenhor Ausônio Tércio de Araújo⁶:

Havia uma luta pelas reformas de base. Será que o país estava em condições de fazer as reformas de base ou foi um sonho apressado de Goulart de uma cúpula que talvez tivesse muita boa vontade mais não tinha base, o fato é que

⁵ Conforme Oliveira (1992, p. 46-47), que “segundo Pio XI, já havia perdido, no século XIX, a massa operária, agora no século XX, estava ameaçada de perder um outro segmento da classe trabalhadora: os trabalhadores rurais”.

⁶ Entrevista concedida à autora em 2007. Professor aposentado da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, professor e diretor do Colégio Diocesano Seridoense. Padre da Diocese de Caicó, assessor da pastoral da Diocese e responsável pela sindicalização de trabalhadores rurais na cidade de Caicó na década de 1960.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Goulart caiu como um castelo de areia na beira do mar, não conseguiram nada. [...] Muitas coisas que nós temos hoje, só foi depois do período de Goulart.

Como forma de justificar a posição que a Igreja assumiu no governo Goulart e o apoio aos militares, relaciona ao quadro político e econômico da época. Para a Igreja, ela não era contra as reformas de base, mas sim, ainda não havia chegado o momento, o país não tinha condições para realizá-las. Analisando por uma outra ótica, podemos perceber que a realização das reformas de base, para a Igreja, seria de sua competência, ficando claro quando a Igreja passa a defender as reformas, ou seja, ao tirar seu adversário de cena, ela passa a defender, praticamente, os mesmos propósitos, sendo barrada pelos militares. Em relação ao combate ao comunismo Monsenhor Ausônio Tércio procura justificar:

Havia o medo do comunismo, principalmente de envolver o Rio Grande do Norte, onde tinha havido em 35 a revolução comunista. E a reação contra naquele momento foi muito violenta, muitas pessoas foram perseguidas, tiveram que deixar o Estado e se refugiar na Paraíba e as famílias ficaram assombradas, não queriam o comunismo de forma alguma.

Em sua justificativa, tenta mostrar que a preocupação de alguns membros do clero, em relação ao comunismo partia do que ocorrera no movimento denominado Insurreição Comunista de 1935 no Rio Grande do Norte, e que embora exista dentro da Igreja a preocupação de combater o comunismo, mas que esse discurso não cabia naquele momento em que as Ligas Camponesas emergiam, ainda em seu discurso:

As Ligas nasceram também de uma idéia cristã, as irmandades, que Julião soube modernizar. Agora se as Ligas foram manipuladas pelo PCB ou por outros políticos, é um fato, não nasceram para ser, nasceram como uma última resistência do oprimido.

Ainda conforme o Monsenhor havia uma preocupação por parte da Igreja de promover o homem do campo, no sentido de Libertar o homem da fome, da ignorância, dar condições de ter casa para morar, comida para comer e uma vida familiar, educação para seus filhos. Como podemos perceber, esse novo cenário de disputa contribuiu para que os padres saíssem das Igrejas e fossem buscar uma relação mais próxima com a população.

Em 1964, mais uma vez na história brasileira, o país viveria sobre o controle de uma Ditadura Militar, com a deposição do presidente da República, João Goulart, que tinha uma relação com os movimentos populares, o que atemorizava as classes



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

antagônicas. “A derrubada de Goulart impunha-se para defender as instituições consagradas pela Constituição que o governo supostamente ameaçava” (REIS, 1990, p. 57). Ainda Segundo o autor:

A Vitória do golpe fora produto de uma ampla e heterogênea frente – social e política. Uniram-se o grande, o médio e o pequeno capital. O capital nacional e internacional. Bancos, indústrias e comércio. Federações industriais e agrícolas. A maioria do parlamento e do judiciário. A Igreja e a classe média. (REIS, 1990, p. 57).

Ao lado da intervenção dos militares ficou a hierarquia da Igreja Católica. Os bispos chegaram até a lançar um manifesto de elogio ao golpe, pois temiam a implantação de um regime bolchevista no Brasil. Segundo Alvamar Costa de Queiroz⁷ “sempre tive uma relação muito próxima com os padres, fui sacristão de igreja, mas por fazer oposição ao regime militar, passei a ser visto como comunista, até mesmo a Igreja fechou as portas pra mim e minha família naquele momento”.

A partir do momento em que foi instaurado o regime militar passou a existir uma perseguição generalizada a todos os movimentos de reforma social. De acordo com Alves (1968, p.15-16), as classes que apoiaram o golpe de Estado, “não estavam interessadas em saber se a ameaça a seus privilégios parte de comunistas [...] de padres, de pastores, [...]. Onde quer que observem um fator ou uma organização de mudança, tratam de persegui-lo”.

A posição da hierarquia entrou em contradição com a dos católicos mais jovens que militavam em grupos como a Ação Católica Brasileira e a Ação Popular. Posteriormente, a tortura a alguns jovens católicos e as atrocidades cometidas pelos militares contrariou o episcopado que até então apoiara o golpe. Membros da Igreja Católica, que tinham apoiado o golpe militar, passam a questionar, chegando até mesmo a romper com o regime que tinham apoiado. Os atos de atrocidades cometidos pelos militares fizeram com que muitos membros da Igreja Católica aderissem às causas populares.

Os acontecimentos que culminaram com o golpe militar de 1964, no Rio Grande do Norte, foram bastante tumultuados, mas logo a repressão instaurou-se nos quatro cantos do Estado. O governador do Estado, Aluizio Alves, define posição favorável aos golpistas, passando a integrar-se ao movimento, assumindo com os

⁷ QUEIROZ, Alvamar Costa de. Entrevista concedida à autora em 24/07/2000. Norte-rio-grandense torturado pelo regime militar e ex-militante do movimento estudantil em Natal.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

militares a defesa da Ditadura Militar no Estado. Em oposição contrária ao golpe militar e ao governo Aluísio Alves ficou o prefeito de Natal, Djalma Maranhão que fora preso juntamente com o vice-prefeito e funcionários acusados de serem comunistas, e tendo seu mandato cassado. No desejo maior de manter no controle do poder estadual, Aluísio Alves apoiou e liderou diversas ações repressivas.

Muitos que tinham apoiado em 1964 o golpe militar passavam a atuar em favor dos subalternos, aumentando o número de membros que faziam oposição ao regime e às suas praticas arbitrárias. No tocante a Igreja Católica “A cruz e a espada” entravam em profundos conflitos entre si. “Os conflitos entre Igreja e Governo não cessaram mais” (REIS, 1990, p. 60). Em decorrência desses conflitos muitos padres foram perseguidos, presos, torturados e mortos. A violência tornou-se uma prática comum pelos militares a todos que faziam oposição à Ditadura Militar. Ainda como é colocado por Reis (2006, p. 22), “O Brasil, de 1930 aos dias de hoje, já conheceu duas ferozes ditaduras, que definiram, ambas, a tortura como política de Estado”.

Diante do exposto, pudemos perceber a trajetória de uma Instituição, a Igreja Católica, que fora marcada com avanços e recuos, ora com a classe dominante, ora com a classe dominada, de acordo com o contexto histórico a qual está inserida, quando sente que suas bases estão sendo ameaçadas. Além de dispor de uma infra-estrutura material, utiliza como instrumento de controle o poder “extraterreno” sobre a consciência humana, através do qual se intitula como salvadora da humanidade, portadora de uma grande fé religiosa e promotora da paz entre os homens.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Marcio Moreira. **Igreja e Política no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.
_____. **O Cristo do povo**. Rio de Janeiro: ed. Sabiá, 1968.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil, 1964 – 1984**. Petrópolis: Vozes, 1987.

ARNS, Dom Paulo Evaristo. **Brasil Nunca Mais**. 31ª ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

AZEVEDO, Fernando Antônio. **As Ligas Camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

ANDRADE, Ilza Araújo Leão de (org). **Igreja e Política no Rio Grande do Norte: Momentos de uma trajetória**. Natal: Sebo Vermelho, 2000.

BEOZZO, J. OSCAR. **A Igreja entre a revolução de 1930, o Estado Novo e a Redemocratização**. In: Fausto Boris. **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: Difel, 1984.

CRUZ, Dalcy da Silva. **A Redenção Necessária** – Igreja e sindicalismo rural: 1960-1964. Campina Grande (Dissertação de Mestrado apresentado ao curso de Sociologia da Universidade Federal da Paraíba – Campus de Campina Grande). 1982.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado – Ação política, Poder, e Golpe de Classe**. 3. ed. Petrópolis/RJ: 1981.

FERRARI, Alceu. **Igreja e desenvolvimento** – o Movimento de Natal. Natal: Fundação José Augusto, 1968.

FERREIRA, Jorge. **O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964**. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FÜCHTER, Hans. **Os sindicatos brasileiros** - organização e função política. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

GÓES, Maria Conceição Pinto de. **A Aposta de Luís Ignácio Maranhão Filho: cristãos e comunistas na construção da utopia**. Rio de Janeiro: Revan, Editora UFRJ, 1999.

GOMES, Ângela de Castro. **Silêncio e Orações: as relações Estadas, Igreja e classe trabalhadora no pós 34. Religião e Sociedade**. Rio de Janeiro, n. 14/2. p. 88 – 110, mar. 1987.

GERMANO, José Willington. **Estado Militar e Educação no Brasil (1964-1985)**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

LENHARO, Alcir. **Sacralização da política**. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1986.

MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e política no Brasil (1916 – 1985)**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **O primeiro governo Vargas (1935 – 1937): da Intentona ao golpe**. In: Francisco Carlos Palomares Martinho (org). **Democracia e Ditadura Militar**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2006.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

MARIZ, Marlene da Silva. SUASSUNA, Luiz Eduardo Brandão. **História do Rio Grande do Norte contemporâneo (1934 – 1900)**. Natal: CDF Gráfica e Editora, 2001.

MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (org). **Democracia e Ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2006.

MATER ET MAGISTRAS - Carta Encíclica de sua Santidade o Papa João XXIII. 12. ed. São Paulo:Edições Paulinas, 2004.

OLIVEIRA, Marlúcia de Paiva. **Igreja e Renovação: Educação e Sindicalismo no Rio Grande do Norte (1945-1964)**. São Paulo (Tese de Doutorado em Educação, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), 1992.

ROMANO, Roberto. **Brasil: Igreja contra Estado**. ROMAMO, Roberto. **Brasil: Igreja contra Estado**. 1. ed. São Paulo: kaíros, 1979.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura Militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

_____. RIDENTE, M. MOTA, R. P. S. (orgs). **O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)**. Bauru, SP: Edusc, 2004.

_____. **A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. **Ditadura e Democracia: questões e controvérsias**. In: Martinho, Francisco Carlos Palomanes (org). **Democracia e Ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2006.

SOARES NETO, Cícero José Alves. **O Seridó e “os votos de porteira batida”**: um estudo monográfico sobre o coronelismo no Rio Grande do Norte. Unicamp, 1984 (Dissertação de mestrado).

SERBIN, Kenneth, P. **Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SILVA, Maria Auxiliadora Oliveira da. **Evangelizar e Politizar: o sentido da atuação da Igreja católica com os sindicatos de trabalhadores rurais no Seridó Potiguar (1964 – 1979)**. Natal, 2007. 143 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

_____. SILVA, Maria Auxiliadora Oliveira da. **A política na década de 60 e o golpe: Aluísio, Dinarte, Djalma Maranhão entre sonhos populares e populistas. História do RN**. Natal, v. 01, 2001.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: De Getúlio a Castelo** - (1930 – 1964). 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.